

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉA GOMES DA SILVA

**CONDICIONANTES CONJUNTURAIS DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS E  
INDUSTRIAIS PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O  
SÉCULO XX**

CURITIBA

2018

ANDRÉA GOMES DA SILVA

**CONDICIONANTES CONJUNTURAIS DAS POLÍTICAS ECONOMICAS E  
INDUSTRIAIS PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O  
SÉCULO XX**

Monografia de conclusão de curso apresentado ao Curso  
de Ciências Econômicas da Universidade Federal do  
Paraná como requisito a obtenção do título de Bacharel  
em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Walter Tadahiro Shima

CURITIBA

2018

## RESUMO

Este ensaio tem como objetivo apresentar os mais importantes eventos que condicionaram a economia brasileira a desenvolver um processo de industrialização da economia, mostrando os mecanismos estatais utilizados e seu impacto na formação do parque industrial nacional. O ponto de partida é a localização da economia colonial pré-capitalista e seus condicionantes em matéria de mão de obra e mercado consumidor e como foi ao longo do tempo sendo substituído pelo modelo agroexportador durante o século XIX até o início do XX. O trabalho apresenta a influência de políticas de controle de contas externas que através de controle de importação, tarifas cambiais diferenciadas e políticas de investimentos estrangeiros gera a substituição de importação nos períodos iniciais da industrialização. É mostrado o papel da empresa pública como fornecedor de bens de infraestrutura e serviços de utilidade pública que permitem e facilitam os investimentos nos setores de bens não duráveis, duráveis e de capital. Porém a forma das políticas de subsídio a industrialização, seja por saneamento cambial ou investimento direto o país acaba gerando dívidas que gera seu posterior desinvestimento estatal. Foi utilizado as literaturas mais citadas e referenciadas nos livros textos de economia para trazer as melhores análises para a demonstração do aprisionamento econômico que uma economia periférica tem em relação as economias centrais no capitalismo industrial e posteriormente financeiro. O texto inicia na economia pré-capitalista, mostrando como a indústria existia antes do capitalismo industrial e como passa a ser a forma complementar ao setor agroexportador, segue com a indústria de substituição de importados como uma resposta ao estrangulamento externo, que persistem até a criação de uma indústria de base, que não supre a demanda interna, mas controla o equilíbrio da balança comercial até a desestatização do polo industrial desenvolvido durante o século XX.

Palavras-Chave: Industrialização Brasileira; Substituição de Importação; Balança Comercial.

## **ABSTRACT**

This essay offers an overview of the most important events that conditioned the Brazilian economy to develop a process for economic's industrialization, showing the public policy used and their impact on the national industrial park formation. The wellspring is the pre-capitalist colonial economy and how its determinants in terms of labor and consumer market and how it was over replaced by the agro-export model during the nineteenth century until the beginning of the twentieth century. This work shows the influence of foreign account control policies that through import taxes, differentiated exchange rates and foreign investment policies developed a import substitution in the initial periods of industrialization. It shows the role of public enterprise as a provider of infrastructure goods and public utility services that enable and facilitate investments in the non-durable, durable and capital goods sectors. However, the public policies to subsidize industrialization, either by exchange rate sanitation or direct investment, ends up generating debts that impose a subsequent state divestment. It was used the most cited and referenced literature in economics textbooks to bring the best analysis for the demonstration of the economic imprisonment that a peripheral economy has in relation to the central economies in industrial capitalism and later financial. The text begins in the pre-capitalist economy, showing how the industry existed before industrial capitalism and how it happens to be the complementary form to the agro-export sector, continues with the import substitution industry as a response to the external bottleneck that persist until the creation of a basic industry that does not supply domestic demand but controls the balance of the trade balance until the privatization of the industrial pole developed during the 20th century.

Key-words: Brazilian Industrialization; Import Substitution; Trade balance.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. DETERMINANTES HISTÓRICOS DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO.....	7
3. O BRASIL COMO COLONIA EMANCIPADA QUE MANTEM A ESTRUTURA AGROEXPORTADORA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	8
4. O PAPEL COMPLEMENTAR DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....	10
5. O MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO COMO REFLEXO DOS ESTRANGULAMENTO EXTERNO.....	16
6. O FORTALECIMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL DE BASE PARA ENFRENTAR CHOQUES EXTERNOS .....	25
7. O INVESTIMENTO EXTERNO BUSCA SEU RETORNO ATRAVÉS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	31
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
REFERÊNCIAS .....	36

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema capitalista moderno é marcado pela acumulação de capital e a divisão internacional do trabalho que resulta da estrutura industrial de cada país. O Brasil tem sua participação inicial nessa divisão internacional do trabalho como um país agroexportador de commodities, notadamente o café (Mello, 1982), e posteriormente uma industrialização que reflete o controle dos desequilíbrios nas contas de balanço de pagamentos externos para garantir a acumulação de capital dos grupos nacionais.

Os processos de industrialização de uma economia nacional possuem diferentes formas a depender da maturidade do capitalismo mundial e sua inserção e representatividade no mercado internacional (Tavares, 1977). As economias que foram vanguarda na entrada ao capitalismo apresentam como características a industrialização como centro dinâmico da economia, notadamente Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, e pelos investimentos industriais serem de iniciativa privada (Mello, 1982).

O caso brasileiro é caracterizado por uma industrialização tardia resultado de sua posição na divisão internacional do trabalho e a forma de organização do investimento de capital produtivo interno (Mello, 1982). Nesse sentido a iniciativa estatal, através do governo, foi o principal indutor do investimento industrial, sendo este reflexo das conjunturas internacionais e por ação inicialmente indireta e posteriormente por ações diretas no campo produtivo industrial. A compreensão do caso nacional passa pela observação das ações governamentais de reação às influências externas tanto em pressões nos preços de importação e as restrições de mercado, desenvolvendo características peculiares de ação estatal para sua correção (Silva et al. 1976).

Dentro do estudo do processo de industrialização brasileira ocorre uma divergência de interpretação do modelo chamado “industrialização por substituição de importações” (Tavares, 1977) como sendo um processo de dentro para fora, ou seja, de políticas ativas para sua implementação ou de um processo de fora para dentro, com políticas econômicas que após implementadas a industrialização ocorre como uma externalidade. A compreensão dos condicionantes da economia que levaram a industrialização mostra que o papel do estado ativo e os resultados sobre os aspectos funcionais da economia brasileira durante o século XX foram num primeiro momento de dentro para fora, e depois de fora para dentro do campo da política industrial.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende apresentar os aspectos conjunturais indutores do desenvolvimento da industrialização por substituição de importação, da

formação da indústria de base e os desdobramentos de desestatização no final no século XX. Especificamente será apresentado como o estado busca desenvolver a economia num cenário de restrições externas, quais políticas industriais foram utilizadas para a criação de um parque industrial e as causas do endividamento externo da nação.

Esta introdução apresenta os objetivos do presente ensaio, seguida por uma seção que detalha todo o processo de industrialização brasileiro do ponto de vista das restrições comerciais do mercado internacional. O trabalho é finalizado por uma sessão de considerações finais obtidas no decorrer da pesquisa e finalizada pelas referencias utilizadas no seu desenvolvimento.

## **2. DETERMINANTES HISTÓRICOS DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO**

A industrialização brasileira é compreendida por um processo de substituição de importações para suprir seu mercado interno. O processo de industrialização nacional é tardio em relação aos países onde o capitalismo se desenvolveu durante os séculos XVIII e XIX, como a Inglaterra, e possui características de região periférica não desenvolvida, restrições externas, oligarquias sem interesse no seu desenvolvimento entre outros fatores (Mello, 1982).

A substituição do dinamismo do café para a indústria de transformação na economia brasileira parte de sua formação econômica de características coloniais e a sua estrutura de mão de obra, pois a partir desse ambiente cria-se uma dependência tecnológica e de processo migratório para que o país possua um mercado interno condizente com suas dimensões. O processo de substituição de importação é perene em nossa economia, devido à falta de revoluções tecnológicas desenvolvidas dentro do nosso polo industrial, assim, o país importa tecnologia e substitui a importação de bens oriundos dessas (Suzigan, 1978).

A industrialização tardia acaba por não fornecer os elementos necessários, como um sistema financeiro e bancário desenvolvido e um mercado consumidor com meios para demandar os produtos (Suzigan, 1978) para o desenvolvimento autônomo da indústria, o que se torna necessário um rearranjo de elementos para que ela se crie. Nesse sentido observar os condicionantes da econômica como um todo, principalmente do cenário das contas com o resto do mundo e as ações desenvolvidas pelos agentes públicos que impactam na sua formação é necessário para a compreensão do processo de industrialização de uma economia periférica de capitalismo tardio.

O primeiro item será a apresentação da economia pré-industrial seguida da indústria complementar ao agroexportador. A partir disso é demonstrada a forma que foi realizada a substituição de importação, seguida pelo fortalecimento das indústrias consolidadas pelo fortalecimento e aumento da indústria de base e então o desinvestimento estatal com a desindustrialização.



### **3. O BRASIL COMO COLONIA EMANCIPADA QUE MANTEM A ESTRUTURA AGROEXPORTADORA NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

O Brasil tem sua inserção no mercado internacional com a exploração colonial pela Coroa Portuguesa, que durante quatrocentos anos moldou a forma de exploração econômica da região. Essa forma de exploração molda formação econômica do que viria a ser o país independente refletindo as formas de acumulação pré-capitalistas das economias europeias (exploração colonial) (Mello, 1982).

Iniciada no século XVI por exploração madeireira e de outros produtos de coleta, sem necessidade de investimento da Coroa, pode-se dizer que o ciclo das produções, baseada em plantations, de açúcar que inicia o ciclo econômico de grandes produções para exportação no Brasil (Furtado, 2007).

O processo de formação econômica do país até meados do século XVII tem como focos de desenvolvimento econômico distribuídos pelo território sendo o açúcar nas regiões do nordeste até metade do século XVIII, a exploração aurífera na região de Minas Gerais durante o mesmo período (Prado Jr, 1970) paralela à pecuária e o algodão no Maranhão e outro polo de pecuária no Rio Grande do Sul, tem-se a exploração da borracha na Amazônia durante o século XVIII e XIX (Furtado, 2007). Estas atividades eram as mais relevantes economicamente durante todo século XVIII, porém com a crise na produção de café haitiana no final deste século (Furtado, 2007), a produção, até então para o mercado, local do café brasileiro tornar-se item para exportação.

Uma característica da economia que antecede a industrialização que deve ser observada devido ao seu impacto na transição de uma economia agroexportadora para a futura industrialização é a utilização de mão de obra escrava, sendo em seu início indígena e posteriormente africana (Prado Jr, 1970). A utilização de mão de obra escrava terá reflexos no desenvolvimento da economia capitalista industrial como será visto durante a seção. Nesse período existe uma centralização política e econômica na Coroa, que possui interesses na manutenção dessa forma de exploração.

Assim, o processo de industrialização brasileiro deve ser entendido como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial mundial, que tem sua expansão via investimento das empresas já estabelecidas e a imposição de um padrão de consumo já desenvolvido. Entre os precedentes da industrialização está o posicionamento do país dentro da divisão internacional do trabalho para a formação do capital das economias capitalistas

mais desenvolvidas e como, então, a industrialização local configura parte do processo de estabelecimento do capitalismo (Mello, 1982).

Na metade do século XIX o Brasil participa do mercado internacional de bens agroexportados com o café e a borracha, seu papel dentro da divisão internacional do trabalho, sendo responsável por suprir grande parte da demanda mundial do café. Com a característica de uma economia agroexportadora baseada no trabalho escravo (Mello, 1982), o país possuía competitividade perante outros produtores de café no mercado mundial, o que leva uma pressão internacional, encabeçada pela Inglaterra, para o fim do trabalho escravo e, conseqüentemente, a alteração dos custos de produção dos produtos agroexportados pelo Brasil.

A pressão para o fim do trabalho escravo no Brasil impõe uma limitação de mão de obra livre para o trabalho nas plantações de café, para sanar essa escassez são desenvolvidas políticas de imigração (Furtado, 2007). Estas políticas causam um adensamento da população no país, e como consequência a demanda por produtos alimentares e têxteis aumentou, não existindo uma indústria para supri-la, pois a produção de subsistência disponível no país não se desenvolveu comercialmente levando a um aumento do nível de importações de produtos alimentícios como trigo e outros bens de consumo não duráveis (Mello, 1982).

Com a criação de um mercado interno, criado pelo trabalho assalariado gerado pelos imigrantes, não suprido por bens de consumo importados e com indivíduos com padrões de consumo de certas manufaturas, percebe-se a nascente da demanda por produtos industrializados (têxteis e alimentos). Ainda ocorre que o esforço para suprir a mão de obra requerida para o plantio e colheita do café foi de grande vulto (Mello, 1982) acometeu ao país um excedente da mão de obra não utilizada pelas fazendas cafeeiras que migrou para os centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho e acabou sendo assimilado nas nascentes empresas de manufaturas (Furtado, 2007).

Cabe-se notar que o governo, via incentivos a imigração criou um mercado de mão de obra assalariada que posteriormente será assimilado pela indústria. Esta ação implica numa externalidade que é o mercado consumidor. Neste ambiente de centro dinâmico econômico o café produz uma indústria complementar às suas atividades. Essa indústria complementar acaba por ter um papel importante nos esforços de industrialização, pois são estes estabelecimentos que efetivamente se desenvolverão na indústria nacional, mesmo sendo coadjuvante a atividade exportadora de grãos (café). Esta indústria complementar será o foco da próxima sessão.

#### 4. O PAPEL COMPLEMENTAR DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A industrialização do Brasil assim como de qualquer outro país da América Latina não data de antes do século XX. Nesse sentido cabe apontar que o processo de industrialização tardia que a região passou, assim como outros países do hemisfério sul como Índia, Hong Kong, África do Sul, Singapura entre outros, é característico da expansão do capitalismo industrial que aflorou pela Europa e posteriormente pelos Estados Unidos durante o século XIX (Mello, 1982; Tavares, 1977).

O centro dinâmico da economia brasileira é a atividade agroexportadora que é caracterizada pela representatividade desse setor no total da economia. No ano de 1912 a agricultura foi responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) conforme tabela 1, sendo que dos 48% que representam o total de serviços no PIB 15% foram serviços diretamente ao setor agroexportador (transporte e comunicações) (IBGE, 1990b), o que a caracteriza como uma economia periférica. Em contraste as economias desenvolvidas, ou centrais, representadas pelos Estados Unidos e Reino Unido possuem 12% e 6% da atividade agrícola na composição de seu PIB contra 40% e 46% da atividade industrial respectivamente.

TABELA 1- DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO EM PAÍSES SELECIONADOS

<b>País/Ano</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Indústria</b>	<b>Serviços</b>
Reino Unido /1907	6%	46%	48%
Estados Unidos/1919	12%	40%	48%
Brasil/1912	33%	19%	48%

FONTE: Adaptado de dados de (Neuhaus 1980)

Para ilustrar o tamanho da importância da produção de café no Brasil, entre os anos de 1906/07 o consumo mundial de café era da ordem de 16 milhões de sacas, sendo que neste mesmo período a safra brasileira era de 12 milhões de sacas, ou seja, 3/4 da produção mundial (Netto, 1973).

As indústrias brasileiras tem sua primeira formação não através da promoção direta por política de estado para fortalecer o empresariado local como nos modelos posteriores verificados por exemplos em economias asiáticas (Evans, 2004) ou com uma indústria orgânica nascida das oportunidades de uma economia capitalista nascente nos casos do Reino Unido ou Estados Unidos, e sim como complemento às atividades econômicas do centro

dinâmico, fornecendo suporte para a atividade agroexportadora e atendendo pequenas demandas do mercado interno (Silva et al. 1976).

A falta de representatividade da indústria na formação do produto indica o caráter complementar da indústria na economia. Estas indústrias formaram-se da necessidade de manutenção de equipamentos de baixa tecnologia usados para a agricultura, principalmente da indústria cafeeira. Outra forma industrial que surgiu organicamente nesse período pré-industrial brasileiro foram as indústrias complementares aos importados, atividade realizada pelas próprias empresas importadoras para suprir a demanda local de produtos industrializados (Furtado, 1972).

A indústria complementar atendia as necessidades do setor agroexportador, sendo técnicas simples para o setor cafeeiro e de algodão e alguns processamentos mais avançados de produção nos setores açucareiro, de carne e sementes oleaginosas (Furtado, 1972). Nos casos de setores mais avançado, o esforço técnico estava concentrado na prestação de serviço de manutenção em oficinas artesanais e instalações mecânicas para confecção de algumas peças de reposição. Este tipo de atividade industrial complementar gerou um ínfimo número de mão-de-obra especializada, mas para o momento era de grande importância (Furtado, 1972).

Dentro das atividades dos estabelecimentos importadores, que no intuito de suprir a necessidade do mercado interno para alguns produtos importados foram desenvolvidos substitutos locais de forma artesanal, para Furtado:

“essas indústrias [complementares] são de iniciativa de pessoas que adquirem experiência no comércio de importações e percebem que o volume de negócios poderia ser aumentado se se combinam inteligentemente atividades industriais internas e importações semiacabadas.” (Furtado, 1972, p.19)

Essa oferta de substitutos ocorria para produtos que possuíam como característica uma oferta não estável nos mercados fornecedores internacionais, principalmente durante os conflitos que a Europa passou no início do século XX (Mello, 1982). O início da emergência em desenvolver uma indústria nacional é observada nas contas do comércio exterior quando começa a ocorrer uma deterioração dos termos de troca, principalmente devido à falta de elasticidade da demanda do café, e por consequência a falta de mercado para os excedentes de produção que ocorreram a partir das grandes safras da década de 1920 somada à política cambial (Tavares, 1977).

As contas nacionais do Brasil foram sistematizadas a partir 1947 com a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (Neuhaus, 1980), porém para o período anterior a este utiliza-se estudos de diversos autores e trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de consolidação de dados. A partir dos dados coletados por Fishlow, Haddad e Villela-Suzigan (Neuhaus, 1980) foram desenvolvidos alguns índices que podem clarificar a participação da indústria brasileira durante o início do século XX. A tabela 2 nos mostra o índice de produção industrial entre 1921 e 1939 onde é perceptível que houve um crescimento na produção industrial durante o período que chegou a crescer 5 vezes no período.

TABELA 2 - ÍNDICES ANUAIS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (BASE: 1939 = 100)

Ano	Índice	Ano	Índice
1912	22,9	1926	46,3
1913	22,9	1927	51,4
1914	20,7	1928	54,9
1915	23,4	1929	53,6
1916	26,2	1930	49,8
1917	28,5	1931	50,5
1918	28,2	1932	51,2
1919	31,5	1933	57,3
1920	33,7	1934	63,8
1921	33,0	1935	71,4
1922	41,1	1936	84,1
1923	41,0	1937	88,3
1924	44,4	1938	91,1
1925	45,5	1939	100,0

FONTE: Adaptado de (IBGE 1990a)

A característica mais importante da indústria complementar no estudo de produtividade industrial é que estas não buscavam economias de escala (como o padrão da Primeira Revolução Industrial) e o não acompanhamento dos avanços de técnicas utilizados pelas economias centrais desenvolvidas (Furtado, 1972). Essas características são cruciais para a diferenciação do processo de industrialização posterior desenvolvido para o atendimento da demanda interna.

As indústrias complementares formavam o padrão de produção industrial brasileiro pelo século XIX e início do século XX até meados da década de 30, sendo que as atividades ligadas à substituição de importação pelos próprios importadores tiveram fortalecimento durante a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), que teve efeito de diminuir e

dificultar a oferta de itens para importação. Nesse período existia uma demanda interna de produtos industrializados por um mercado consumidor que girava em torno de menos de 2% da população (Tavares, 1977), o mercado dos manufaturados ainda era pequeno para grandes investimentos. Além do tamanho desse mercado interno, outro obstáculo aos investimentos industriais era o saldo da balança comercial ser positivo, conforme tabela 3, o que garantia uma facilidade para importações. Apesar da oscilação durante as primeiras décadas do século, o saldo foi sempre positivo.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES (FOB), IMPORTAÇÕES (FOB) E SALDO COMERCIAL (US\$ MILHÕES)

Ano	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial
1901	197,8	89,4	108,4
1902	176,9	97,2	79,7
1903	179,3	101,6	77,7
1904	191,5	108,9	82,6
1905	216,8	125,9	90,9
1906	258,1	139,0	119,1
1907	263,4	169,6	93,8
1908	214,8	148,7	66,1
1909	309,6	155,5	154,1
1910	307,3	201,1	106,2
1911	325,0	220,9	104,1
1912	363,3	261,0	102,3
1913	318,9	273,6	45,3
1914	228,6	146,0	82,6
1915	262,2	115,1	147,1
1916	274,4	148,3	126,1
1917	306,3	158,6	147,7
1918	297,3	193,9	103,4
1919	576,2	280,4	295,8
1920	393,7	381,8	11,9
1921	225,3	201,1	24,2
1922	303,6	231,5	72,1
1923	334,8	207,7	127,1
1924	420,1	282,7	137,4
1925	496,8	359,3	137,5
1926	458,1	339,6	118,5
1927	431,2	335,4	95,8
1928	473,9	388,8	85,1
1929	460,4	367,7	92,7

FONTE: Adaptado de (IBGE 1990b)

A partir da crise do setor cafeeiro durante a década de 20 iniciou-se mudanças nas políticas econômicas brasileira adotadas pelo governo a partir da década de 30 que culminou num processo de nacionalização de alguns setores industriais. Somado a crise do café, houve a crise financeira internacional de 1929 teve seu impacto sentido pela balança comercial nas contas nacionais, conforme tabela 4, mostra recorrentes déficits a partir de 1930, oscilando

entre aumento e diminuição do déficit até o final da década de 30. Esses déficits indicou a necessidade da diversificação da economia nacional, assim como a necessidade imediata na diminuição de importações, principalmente em itens de consumo, pois devido a características do tratamento ao café, o preço real das importações aumentava o envio de divisas para o exterior como chamado na literatura de deterioração dos termos de troca da economia brasileira (Tavares, 1977). Com o efeito da crise internacional, somada as grandes produções o aumento do estrangulamento externo precisou ser administrado, assim, a forma que o governo poderia trabalhar para diminuir esse déficit foi a busca do por um superávit comercial, através da diminuição dos valores importados.

TABELA 4 - BALANÇO DE PAGAMENTOS 1930 - 1939 (EM MILHÕES DE US\$)

ESPECIFICAÇÃO	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
A Balança comercial	93,9	127,5	86,6	68,6	108,0	73,0	124,2	67,6	47,8	81,9
Exportação (FOB)	319,4	244,0	179,4	216,8	292,8	269,5	320,6	346,8	294,3	299,9
Importação (FOB)	225,5	116,5	92,8	148,2	184,8	196,5	196,4	279,2	246,5	218,0
B Serviços	- 172,9	- 123,4	- 62,7	- 54,6	- 77,7	- 105,8	- 114,2	- 130,9	- 43,4	- 53,5
C Mercadorias e serviços (A + B)	- 79,0	4,1	23,9	14,0	30,3	- 32,8	10,0	- 63,3	4,4	28,4
D Transferências	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0
E Transações correntes (C + D)	- 79,0	4,1	23,9	14,0	30,3	- 32,8	10,0	- 63,3	4,4	28,4
F Capitais	54,4	- 9,5	- 25,9	- 20,9	- 12,6	0,5	0,5	0	0	- 0,3
G Total (E + F)	- 24,6	- 5,4	- 2,0	- 6,9	17,7	- 32,3	10,5	- 63,3	4,4	28,1
H Erros e omissões	- 91,5	21,2	37,7	- 4,6	- 29,7	55,2	- 61,7	63,3	70,7	- 28,9
I Superavit (+) ou deficit (-)	- 116,1	15,8	35,7	- 11,5	- 12,0	22,9	- 51,2	0	75,1	- 0,8
J Demonstrativo de resultado	116,1	- 15,8	- 35,7	11,5	12,0	- 22,9	51,2	0,0	- 75,1	0,8
Haveres de curto prazo (aumento (-))	116,1	- 15,8	- 35,7	- 18,4	17,6	- 17,1	21,9	24,2	- 51,7	- 8,3
Ouro monetário (aumento (-))	0	0	0	0	0	0	0	0	0	- 8,9
Operações de regularização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18,0
Agências e bancos norte-americanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18,0
Atrasados comerciais	0	0	0	29,9	- 5,6	- 5,8	29,3	- 24,2	- 23,4	0

FONTE: Adaptado de (IBGE 1990a)

Assim, a ação estatal do período é focada na manutenção do centro dinâmico da economia sendo o café e como impacto a manutenção da estrutura produtiva do país como agroexportador.

No campo político é indispensável entender que com o setor dinâmico sendo a exportação do café, o poder político centrava-se nos interesses dos produtores de café. O sistema político da Primeira República baseava-se em “estados unidos”, com centralização administrativa, porém os interesses regionais das regiões cafeeiras pautavam a agenda política do governo federal, e geograficamente predominavam as regiões sudeste (Espírito Santos,

Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Nesse cenário político, apesar da sede do Distrito Federal ser em terras fluminenses, os paulistas que tinham a influência direta no governo, muito por São Paulo deter 2/3 da exportação de café da década (Szmrecsányi & Granziera, 2004).

Durante as primeiras décadas do século XX, as disputas políticas giravam em torno dos partidos com força em São Paulo, sendo o Partido Republicano Paulista o com maior representação pública. Para contrapor a política regionalista do PRP, a Aliança Liberal se fortalece e busca a unidade de representação e a centralização do poder no Governo Executivo (Szmrecsányi & Granziera, 2004).

Após alguns desentendimentos políticos o governo de Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, que assumiu o executivo por vias não democráticas, ou revolucionárias, na década de 30 alterou a estrutura econômica brasileira, sendo por políticas econômicas para conter a crise externa, ou por um reflexo do tempo que acabou ficando frente a presidência em regime não democrático. O novo governo possuía diferentes alianças e representava outros interesses dos então protegidos (cafeicultores). Assim, suas políticas acabariam por alterar o sistema produtivo nacional. Partiremos para analisar o primeiro movimento de construção de uma indústria nacional, o que a literatura chama de processo de industrialização por substituição de importações (Tavares, 1977).



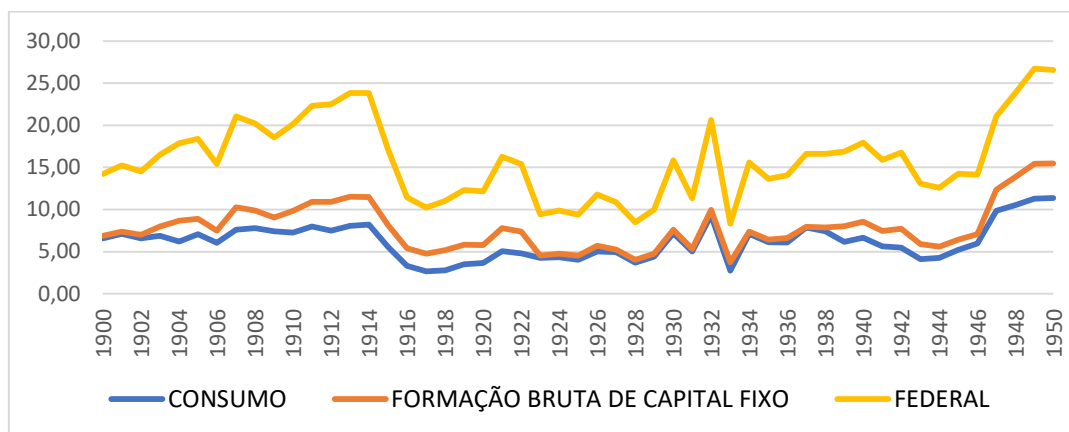
## **5. O MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO COMO REFLEXO DOS ESTRANGULAMENTO EXTERNO**

O processo de industrialização por substituição de importações marca uma mudança significativa na economia do país, pois é a partir dela que ocorre um movimento de mudança no centro dinâmico da economia brasileira saindo do padrão do século XIX de agroexportadora para uma economia industrializada notadamente atrasada tecnologicamente devido ao modelo de expansão do capitalismo mundial que cresce através da imposição de um modelo previamente já existente nas economias desenvolvidas chamado modelo centro-periferia (Furtado, 1972; Mello, 1982).

Após algumas instabilidades políticas do governo de Getúlio Vargas e crises de poder principalmente com agentes políticos paulistas, a instalação do regime no Catete trouxe uma nova agenda para a política de Estado em relação a economia. O endividamento dos estados, somado a baixa nos preços do café pela oferta e as crises financeiras que se acumularam no final da década de 20, trouxeram ao governo a necessidade de realizar ajustes estruturais e econômicos para que houvesse um equilíbrio financeiro, principalmente nas contas externas (Szmrecsányi & Granziera, 2004).

Dentro das atividades de contenção à crise adotadas pelo governo federal, tem-se o esforço de centralizar as dívidas da economia, que até então eram realizadas individualmente pelos estados da União que impedia um controle das contas externas centralizado. Houve a criação de taxas de importação, que teve impacto direto na arrecadação do governo. Com as novas regras de arrecadação foi necessário diminuir ou manter os gastos públicos (Tavares, 1977). As despesas do estado durante os primeiros 15 anos do século XX aumentaram sistematicamente, tendo impacto na redução da arrecadação devido a crise gerada na Primeira Grande Guerra. Seguindo o fim da guerra mantiveram uma taxa (em relação ao PIB) de 6% do PIB, somente de dívida primária do Governo Federal conforme a figura 1 apresenta. Nos primeiros anos do Governo de Vargas os gastos públicos sofreram oscilação da proporção gasto versus PIB, porém o Governo buscou manter os gastos abaixo das taxas de gastos pré-guerra.

FIGURA 1- DESPESA PRIMARIA DO GOVERNO (%PIB)



FONTE: Adaptado de (IPEA n.d.)

Além do controle dos gastos do Estado, outra forma de conter os impactos da crise externa na economia nacional realizada pelo governo federal foi atuar na balança comercial, porém como o café era a atividade mais importante da economia nacional, acabou que o controle da balança de pagamentos deveria ser realizado pelo controle de importações para diminuir o déficit da balança de pagamentos (Silva et al. 1976; Tavares, 1977).

O processo de industrialização por substituição de importação surge como resposta a sobretaxação das importações de bens de consumo e de baixa tecnologia (alimentação, bebidas e têxteis) para conter os estrangulamentos externos que a baixa no preço do café impõem na balança comercial do país. Com a sobretaxação a substituição por produtos de produção local se torna a única solução viável para suprir o mercado interno, principalmente devido ao controle de importações agir pelo “quantum” importado e não pelo valor. Como comentado na seção anterior a urbanização de centros como o da cidade de São Paulo pelo ao excedente de mão de obra das políticas de imigração, propiciou a região todas as condições necessárias para a nascente da indústria de substituição de importados: mercado de trabalho assalariado e mercado consumidor. A produção industrial, concentrada em São Paulo, destinou-se a suprir a demanda dos trabalhadores assalariados que não poderiam custear os bens de consumo importados que possuem o sobre preço das taxas de importações (Furtado, 1972).

Um condicionante sobre os investimentos na industrialização foi o processo de assimilação da nova forma industrial, algumas alterações de consumo que fortalecem a produção industrial não foram alcançadas no Brasil devido a dificuldades estruturais para a diminuição das iniquidades sociais e principalmente a concentração de renda a partir dos baixos salários praticados pelo mercado de trabalho (Tavares, 1977). Durante o século XIX

percebe-se uma alteração nos padrões de consumo das economias industriais desenvolvidas, sendo sua característica o acesso a produtos com maior densidade tecnológica a uma grande parcela da população que incluía os assalariados, resultando em uma maior difusão tecnológica dentro da sociedade, sendo esta difusão mais eficiente e rápida que comparativamente de economias subdesenvolvidas que experimentam a industrialização tardia durante o século XX (Furtado, 1972), assim, a industrialização acabou por promover maiores desigualdades e menor número de consumidores que poderiam adquirir produtos de maior densidade tecnológica.

O processo de industrialização da economia periférica brasileira se difere dentro da revolução industrial dos países desenvolvidos pela não existência desses últimos dois processos concomitantes que possibilitam o funcionamento do desenvolvimento capitalista industrial, o primeiro o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção e o segundo a modificação dos padrões de consumo (Furtado, 1972). O primeiro processo é inexistente nas economias subdesenvolvidas e o segundo é concentrado numa pequena parcela da população que possui recursos para alteração de consumo de bens industrializados (Furtado, 1972). Assim, a industrialização apresenta uma restrição de tecnológica e um reduzido mercado para as tecnologias existente devido a todo o processo histórico de políticas concentradoras de renda (a manutenção do preço do café em detrimento de outras políticas para desenvolvimento de outros ramos da economia, por exemplo), partimos para a análise local.

A industrialização por substituição de importação foi um processo de conformação da demanda interna a itens que não poderiam ser mais importados, ou suprir uma nova demanda até então inexistente e impossibilitada por fatores que se originam na baixa renda do trabalhador assalariado de aquisição de importados. A causa desse processo de substituição de importações é resposta ao instrumento fiscal utilizado pelo governo: o controle a importação. A contenção do estrangulamento externo que levou ao fortalecimento do setor industrial como um efeito indireto do governo (Silva et al. 1976; Tavares, 1977). O processo possui características anacrônicas do capitalismo industrial moderno, como cita:

*“o ‘processo de substituição das importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (Tavares, 1977, p. 35).*

Para facilitar a compreensão do processo de substituição de importações a prof. Maria da Conceição Tavares sistematiza uma divisão de três períodos distintos na

implementação da substituição de importação pelas características de políticas econômicas que o governo adotou como resposta ao cenário do mercado internacional. A primeira fase sendo correspondente ao Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a segunda fase entre 1946 até 1956, e a última fase iniciada entre 1954.

A primeira fase encontra-se no período de 1929 até meados de 1945, onde houve uma diminuição da capacidade importar devido às crises internacionais e do preço do café (resultado da oferta). Nessa fase o Brasil desenvolve indústrias de bens não duráveis de consumo final e alguns outros produtos de menor relevância (Tavares, 1977). Nesse sentido, as indústrias têxteis e de alimentos se sobressaíam, além de utilizar baixa tecnologia, as mesmas possuíam capacidade ociosa adquiridas durante I Grande Guerra pela indústria complementar (Mello, 1982).

Para comparação quantitativa dos setores econômicos é necessário perceber que durante esse período não existe sistematização de informações, porém a professora Tavares mostra através dos índices apresentados na tabela 5 a diminuição do “quantum” importado. Os dados indicam que houve uma queda acentuada no ano que seguiu a Crise de 29 nas quantidades importadas dos bens de consumo sendo de 70% no ano de 1931 e 43% de queda em 1937/38 comparativamente ao quantum de 1929. A maior diminuição nos bens de consumo foi nos itens duráveis chegando a 88% de queda no ano de 1931.

TABELA 5- IMPORTAÇÃO POR GRUPOS PRINCIPAIS DE BENS E ÍNDICE DE “QUANTUM”

<b>Grupo de bens</b>	<b>1929</b>	<b>1931</b>	<b>1937-38</b>
Bens de consumo	100	30	57
Duráveis	100	12	67
Não duráveis	100	43	51
Combustíveis e lubrificantes	100	65	94
Matérias-primas e produtos intermediários	100	64	93
Metálicos	100	28	72
Não metálicos	100	75	100
Bens de capital	100	20	72
Total	100	46	81

FONTE: Adaptado da tabela de (Tavares 1977) a partir Anuários de comércio exterior do Brasil.

Outra informação importante observada é a queda em 1931 da importação de bens de capital que impacta a capacidade produtiva interna diretamente, porém é notável uma recuperação no final da década demonstrando o reflexo do investimento do setor em industrial

que impactaria na próxima década. Ainda sobre os dados, as fontes energéticas tiveram redução de 35% do volume importado em 1931 mostrando uma contração da atividade econômica, visto que não existia refinaria na época (Baer et al. 1973), e como aconteceu em bens de capitais no final da década ocorre uma melhora, mas ainda não se igual ao pré-crise financeira mundial.

A queda do saldo comercial vista na década de 1930 é controlada durante esta fase, conforme tabela 6. No final da Era Vargas os saldos tinham chegado a patamares ainda não vistos na economia brasileira. Ao mesmo tempo percebe que a dinâmica da economia foi alterada, conforme Furtado:

*“A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques [de café], qualquer que fosse a repercussão sobre abalança de pagamentos, foi de consequências que na época não se poderiam suspeitar. Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda.” P. 283 (Furtado 2007).*

TABELA 6 EXPORTAÇÕES (FOB), IMPORTAÇÕES (FOB) E SALDO COMERCIAL (US\$ MILHÕES)

Ano	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial
1930	319,4	225,5	93,9
1931	244,0	116,5	127,5
1932	179,4	92,8	86,6
1933	216,8	148,2	68,6
1934	292,8	184,8	108,0
1935	269,5	196,5	73,0
1936	320,6	196,4	124,2
1937	346,8	279,2	67,6
1938	294,3	246,5	47,8
1939	299,9	218,0	81,9
1940	252,1	200,7	51,4
1941	367,7	222,5	145,2
1942	409,8	177,4	232,4
1943	472,6	226,9	245,7
1944	580,3	310,4	269,9
1945	655,1	322,5	332,6

FONTE: Adaptado de (IBGE 1990b)

Além das políticas econômicas de controle de gastos e tarifas no quantum da importação o governo federal durante o período da Era Vargas utilizou-se da sua capacidade de financiamento para viabilizar alguns setores industriais que não obtiveram interesse privado para crescimento (Suzigan, 1978). Como investimento direto foi criado em 1942 a

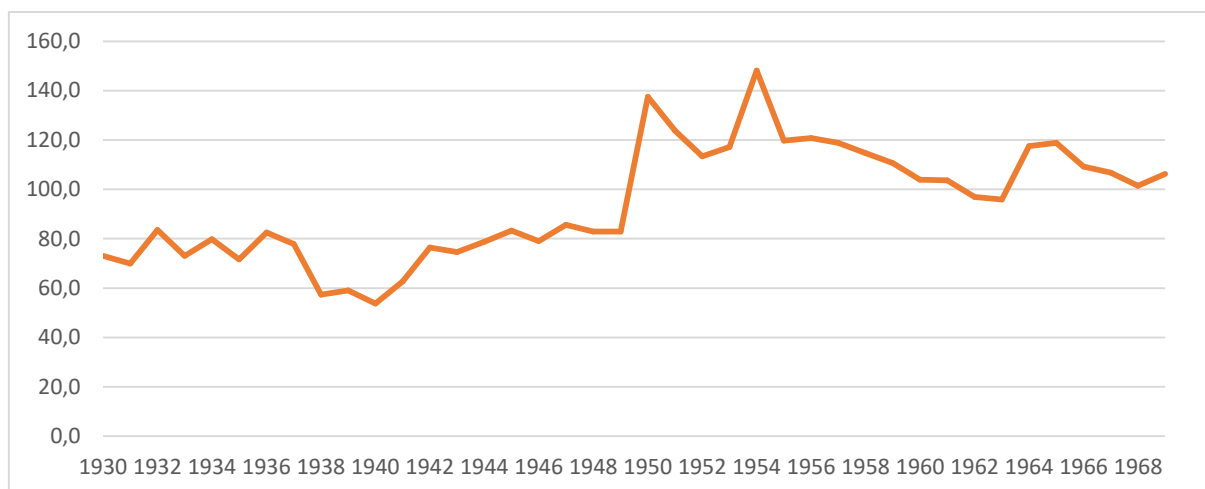
Companhia Vale do Rio Doce para o setor de mineração, além de estatizar (adquiriu) a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e a Itabira de Mineração S.A. Dentro do setor de transformação o estado criou a “Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Cia. De Aços Especiais Itabira (1944), a Cia. Nacional de Álcalis (1943) e a Fábrica Nacional de Motores” (Silva et al. 1976; Suzigan, 1975).

O governo atuou fortemente na área de transportes, sendo as ferrovias quase sua totalidade estatal no período, e administrava a maioria dos portos nacionais (Silva et al. 1976). Outro serviço que o estado atuou foi o fornecimento de energia com importância no momento a criação da Hidroelétrica do São Francisco.

Nesse panorama, observa-se que a substituição de importação nesse período se deu pela iniciativa privada nos setores de bens de consumo não duráveis e duráveis (Suzigan, 1975; Silva et al. 1976), e grande onda de investimento em formação bruta de capital fixo pelo governo nos setores onde não houve investimento privado. Deve-se frisar que as políticas públicas utilizadas foram o controle cambial para controlar os desequilíbrios do setor externo da economia (Suzigan, 1978) que passava por uma grande redução na capacidade de importar devido à crise do café (Tavares, 1977) e os investimentos diretos nos setores indicados anteriormente, porém não existia um órgão no governo federal que tivesse uma agenda explícita para a indústria, sendo utilizadas políticas para setores específicos.

A segunda fase da industrialização por substituição de importações proposta por Tavares (1977) pode ser datada de 1946 até 1956. Como pode ser observado na tabela 2, houve uma melhora nos termos de troca do país, o que propiciou melhores condições para expansão das importações. Assim, a característica da melhora nos termos de troca das exportações/importações e uma expansão da economia interna e melhora da economia externa durante o período que a antecedeu foi possível um crescimento da produção maior que o crescimento de importação, ou seja um crescimento relativo de absoluto da produção nacional (Tavares, 1977).

FIGURA 2 ÍNDICE DE TERMOS DE TROCA



FONTE: Adaptado de (IPEA/FUNCEX 1990)

Devido a melhora dos termos de troca observou-se um maior crescimento na importação de bens de capital (Suzigan 1978) o que tem como impacto um aumentando e diversifico a produção interna. Esse cenário refletiu no aumento da capacidade produtiva e na formação bruta de capital físico, porém a partir de 1951 apresentado na tabela 7 observa-se um crescente déficit na balança de pagamentos o que acabaria por alterar os controles de importação pelo governo novamente.

TABELA 7 - BALANÇO DE PAGAMENTOS 1946 - 1956 (EM MILHÕES DE US\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 000)										
	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
A Balança comercial	391,0	130,0	278,0	153,0	425,0	-532,0	-286,0	424,0	148,0	320,0	-1046,0
Exportação (FOB)	985,0	1 157,0	1 183,0	1 100,0	1 359	1 171	1 416	1 540	1 558	1 419	437
Importação (FOB)	594,0	1 027,0	905,0	947,0	934	1 703	1 702	1 116	1 410	1 099	1 483
B Serviços	- 178,0	- 257,0	- 273,0	- 232,0	- 283	- 469	- 336	- 355	- 338	- 308	1 046
C Mercadorias e serviços (A + B)	212,0	- 127,0	5,0	- 79,0	142	- 401	- 622	69	- 190	12	- 151
D Transferências	- 24,0	- 24,0	- 7,0	- 3,0	- 2	- 2	- 2	- 14	- 5	- 10	68
E Transações correntes (C + D)	188,0	- 151,0	- 2,0	- 82,0	140	- 403	- 624	55	- 195	2	- 11
F Capitais	- 3,0	12,0	- 51,0	- 74,0	- 65	- 11	35	59	- 18	3	57
G Total (E + F)	185,0	- 139,0	- 53,0	- 156,0	75	- 414	- 589	114	- 213	5	18
H Erros e omissões	- 89,0	- 43,0	29,0	82,0	- 23	123	- 26	- 98	10	12	208
I Superávit (+) ou déficit (-)	96,0	- 182,0	- 24,0	- 74,0	52	- 291	- 615	16	- 203	17	- 14
J Demonstrativo de resultado	- 96,0	182,0	24,0	74,0	- 52	291	615	- 16	203	- 17	194
Haveres de curto prazo (aumento (-))	- 95,0	30,0	9,0	9,0	55	238	103	62	50	- 69	- 194
Ouro monetário (aumento(-))	- 1,0	0	37,0	- 1,0	- 1	- 1	- 1	- 1	- 1	- 1	- 165
Operações de regularização	0	0	0	38,0	0	28	- 28	486	200	61	- 1
FMI	0	0	0	38,0	0	28	- 28	28	0	0	- 28
Outros		80,0	0	0	0	0	0	458	200	61	- 28
Atrasados comerciais		72,0	- 22,0	28,0	- 106	26	541	- 563	- 46	- 8	0

FONTE: Adaptado de (IBGE 1990a)

Com a melhora nas contas exteriores o país durante o pós-guerra alcançou algumas melhoras na exportação o que foi característico da fase (Tavares, 1977), porém com a nova agenda liberal do pós era Vargas o estado teve controle cambiais favoráveis a entrada de capital externo e não investiu diretamente na economia, ou seja, não criou nenhuma nova indústria (Silva et al. 1976).

A partir dos constantes déficits na balança de pagamentos surge uma nova fase no processo de industrialização por substituição de importações voltado ao mercado interno, período que abarca em torno de 1946 até 1956, mas que com a capacidade instalada mantém sua expansão produtiva e aumenta sua presença no mercado doméstico. Durante o período tem-se a criação da Superintendência da Moeda e o Crédito (SUMOC) que viria a ser o ente estatal responsável pelas políticas que influem diretamente no controle de importações (Tavares, 1977).

Durante toda a fase de industrialização por substituição de importação, o Governo utilizou de políticas de controle de importações e estímulos a exportações (gerador de divisas), porém uma característica estatal é importante ser notada:

*“Significativo papel do Estado como fator de impulso à industrializa. Esse papel foi exercido não apenas através de suas funções fiscais e monetárias e de controle do mercado de trabalho ou de sua função de provedor dos chamados bens públicos, mas também e sobretudo pela (i) definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimento que determinaram as principais modificações estruturais da economia no após-guerra; (ii) criação da infraestrutura e produção direta de insumos indispensáveis à industrialização.” P. 17 (Serra 1982).*

A indústria apresentava um papel central na economia do pós-II Grande Guerra, e o Estado seu maestro. Porém, algumas escolhas de produção e fatores externos levariam a uma mudança no processo de substituição de importação. A industrialização durante a década de 50 buscava padrões de consumo internacionais, e seu centro tornou-se a indústria automobilística (Castro & Souza, 1985) como resultado da aplicação do Plano de Metas (Serra, 1982). A partir da implementação do Plano de metas encerra a alteração da importância do setor agroexportador para o industrial no país (Giambiagi & Villela, 2005), e a indústria automobilística afirmava a substituição de importação de bens duráveis, como já foi citado.

Porém a indústria automotiva causou uma modificação na estrutura da base energética do Brasil, onde em 1973 a fonte energética do país era de 44% de petróleo (Serra, 1982) e desse montante 80% era importado (Fishlow, 1986). Essa magnitude de dependência de petróleo, e



a consequente importação criará a situação problemática para uma nova fase de industrialização.

Durante o período de industrialização por substituição de importação, é verificado uma modificação no consumo sem assimilação tecnológica, o que torna característicos de economias subdesenvolvidas (Furtado, 1972). Essa falta de assimilação tecnológica impacta na competitividade da indústria, porém não é sentida devido a estrutura tributária das importações (Suzigan, 1978).

Assim, percebe-se que devido a fatores como a deterioração dos meios de troca, ou estrangulamento externo, o governo faz o controle de importações para beneficiar a economia cafeeira e tem como resultado a criação das indústrias de bens de consumo não duráveis, sendo notadamente as têxteis, alimentícia e bebidas, e posteriormente no final do período o desenvolvimento via empresas estrangeiras da indústria automobilística que impacta diretamente na nova onda industrializante de bens de base, como petróleo e metais.

A industrialização por substituição de importação irá se diferenciar da próxima “onda” de industrialização proposta a partir de 1952, que apesar de apresentar os mesmos problemas para sanar (estrangulamento externo) apresenta novos setores como substitutos que poderiam realmente equilibrar a balança comercial, e mais que isso, diminuir a dependência externa do país. Este tipo de industrialização será apresentado na próxima seção.

## **6. O FORTALECIMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL DE BASE PARA ENFRENTAR CHOQUES EXTERNOS**

A industrialização de base do Brasil é posterior ao seu desenvolvimento industrial e pode ser compreendida como mais um instrumento para proteger as contas nacionais das oscilações resultantes da economia internacional. Com um parque industrial formado, porém dependente de matérias primas e combustível, os agentes formuladores de políticas públicas para o desenvolvimento econômico se deparam com um novo cenário internacional: o efeito da dependência de insumos para a produção interna (Castro & Souza, 1985).

É notável que a literatura apresenta alguns planos de governos para desenvolvimento do controle de importação e/ou estabilização econômica através de políticas públicas econômicas de origem macroeconômica conforme visto no item anterior, sendo controles fiscais, cambiais e de demanda agregada que resultaram na substituição de importações de bens de consumo e consumo durável e a criação de algumas empresas de base. Nesse sentido surge a necessidade de importação de produtos básicos como petróleo e alguns químicos. Como marco temporal da industrialização de base temos a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) no ano de 1952e, no ano posterior a Petrobrás se consolida com o monopólio do petróleo (Suzigan, 1975).

Com a formação da indústria nacional os Governos que seguiram no final da década de 1960 obtiveram facilidades na condução da economia política, investimentos realizados durante o Plano de Metas e a utilização da capacidade instalada e ociosa da década de 50 para dinamizar a economia. Nesse plano o governo tem como setores escolhidos para investimentos a energia, transportes e a indústria de base, configurando ações específicas e setoriais. Durante a década foram criadas a Centrais Elétricas de Furnas, Cia de Eletricidade do Amapá, Cia. Hidrelétrica do Vale do Paraíba, Rede Ferroviária federal, e especificamente no setor de base a Usiminas, Cia. Ferro e Aço de Vitória e a Cosipa passou para o controle do BNDE (Silva et al. 1976).

O estado se consolida como empresário em setores onde a maturação do investimento é maior temporalmente e o retorno financeiro é menor, assim, fornecendo setores básicos para as outras indústrias, seja de capital nacional ou estrangeiro. Os instrumentos utilizados para que esses objetivos fossem alcançados foi a Instrução SUMOC 70, que criava leilões de câmbio por categoria de produtos, o que incentivou a importação de maquinários para a formação bruta de capital fixo privado nacional e a Instrução 113 que facilitava a entrada de capital estrangeiro para investimentos produtivos através de importação

de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial (Serra, 1982). Seguindo a criação de empresas, durante o período ditatorial foram criadas o maior número de empresas públicas, seja através da expansão ou por subsidiárias das empresas estatais já existentes e novos investimentos. Durante a década de 70 o estado concentrava a maior parte dos setores de infraestrutura, e serviços de interesse coletivo, destacando-se transporte e comunicações, energia elétrica, petróleo (extração e refino) e indústria de mineração e transformação de aço (Silva et al. 1976).

Além do papel ativo de empresário através da formulação de instituições de planejamento industrial dentro do próprio estado foram criadas políticas públicas que obtiveram êxito na atração de capital privado nacional e internacional. Logo no início da década de 60 é criado dentro do Ministério de Planejamento a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), sendo este um outro marco dentro da política industrial brasileira, pois era formado de vários conselheiros setoriais que possuem uma agenda industrial de fato, não de controle macroeconômico como até então. A participação instrumental da SUMOC continua sobre o lado macroeconômico, sendo que a Instrução 204 de desvalorização cambial buscava favorecer os exportadores para atrair divisas (Suzigan, 1978).

A nova organização estatal, com a reunião dos conselheiros do CDI e da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), orientaram a economia de forma a obter ativo papel do capital privado através de incentivar as organizações financeiras estatais a exaurirem as possibilidades de investimento privado nacional, controle das importações das empresas estatais para desenvolvimento interno de fornecedores, incentivos fiscais e facilitação em acordos entre empresas privadas, públicas e estrangeiras. O governo com estas políticas buscava a promover uma nova onda de substituição de importações porém de bens de capital e insumos básicos (Suzigan, 1978).

Durante o período houve uma grande entrada de capital estrangeiro via criação ou compra de empresa nacional para investimento, representando em 1974 43% da importação de bens de capital sendo mais da metade em setores de eletroeletrônico, agricultura e terraplanagem. Já para o capital nacional os investimentos em vultos menores fixaram-se nos setores de transporte aéreos, construção naval e têxtil (Suzigan, 1978). Neste cenário de investimentos privados, e criação de empresas estatais o país passou por um momento conhecido como milagre econômico, o que resulta em controvérsia nas análises econômicas do período que se atêm em se o milagre foi ou não resultado de políticas econômicas diretas para sua ocorrência ou resultado da maturação de investimentos realizados em outros períodos de tempo que antecederam o governo ditatorial.

A década de 70 também apresenta dois importantes instrumentos de política industrial, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1975) que possuíam linhas claras quanto aos setores de desenvolvimento sendo políticas industrializantes que teriam impacto futuro (Castro & Souza, 1985).

O período atribuído como milagre é na verdade o resultado a utilização da capacidade industrial subutilizada na década anterior ao período do final da década de 60 e início de 70, porém os números do crescimento produtivo são visivelmente positivos para conforme tabela 8 indica constantes taxas positivas de dois dígitos de crescimento na indústria de transformação.

TABELA 8 - VARIAÇÃO DO PRODUTO REAL POR RAMOS (1971 - 1980)

Classes e Ramos de Atividade Econômica	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
<b>Total</b>	<b>11,3</b>	<b>11,9</b>	<b>14,0</b>	<b>8,2</b>	<b>5,2</b>	<b>10,3</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>6,8</b>	<b>9,3</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>10,2</b>	<b>4,0</b>	<b>0,1</b>	<b>1,3</b>	<b>6,6</b>	<b>2,4</b>	<b>12,1</b>	<b>-2,7</b>	<b>4,7</b>	<b>9,6</b>
Produção vegetal	12,0	4,0	1,2	5,4	3,9	-2,4	12,3	-6,0	6,4	10,1
Produção animal	5,6	3,9	-2,9	-9,6	15,2	11,7	11,8	2,9	2,1	8,6
<b>Indústria</b>	<b>11,8</b>	<b>14,2</b>	<b>17,0</b>	<b>8,5</b>	<b>4,9</b>	<b>11,7</b>	<b>3,1</b>	<b>6,4</b>	<b>6,8</b>	<b>9,3</b>
Extrativa mineral	3,6	2,4	9,8	23,2	3,0	2,8	-3,5	7,5	12,1	12,8
Transformação	11,9	14,0	16,6	7,8	3,8	12,1	2,3	6,1	6,9	9,1
Produtos minerais não-metálicos	4,3	13,8	16,3	14,8	9,0	12,4	7,1	5,6	5,9	7,7
Metalúrgica	12,8	12,3	9,4	5,2	9,2	9,6	6,6	5,4	8,2	12,5
Mecânica	20,7	19,9	28,5	11,7	15,1	9,2	-6,7	1,7	7,7	14,5
Material elétrico e de comunicações	12,9	22,1	27,9	10,2	0,5	17,7	0,3	17,0	7,7	12,3
Material de Transporte	24,8	22,5	27,6	18,9	0,5	8,7	-0,3	10,4	6,7	4,5
Papel e papelão	7,0	7,5	9,4	4,3	-14,8	21,0	2,4	11,2	13,2	11,2
Borracha	12,9	13,0	22,3	18,2	4,7	11,1	-2,0	7,6	7,2	9,4
Química	12,1	17,0	23,4	5,4	2,5	16,2	5,3	7,5	9,4	5,0
Farmacêutica						13,2	-16,2	1,4	5,5	11,9
Perfumaria, sabões e velas	19,8	9,1	6,6	11,5	3,7	15,2	-3,3	11,4	15,1	9,1
Produtos de matérias plásticas	10,1	18,3	28,2	23,2	5,1	20,7	0,3	9,3	6,5	14,5
Têxtil	16,6	3,8	6,9	-3,5	2,3	4,9	2,1	6,5	8,5	6,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-5,7	5,0	14,1	2,1	7,2	10,5	-0,6	7,7	5,1	10,7
Produtos alimentares	2,5	16,2	9,6	5,5	-0,1	12,8	6,6	-1,1	-0,4	8,4
Bebidas	11,3	4,8	17,8	8,3	5,5	13,2	13,0	7,1	4,6	2,0
Fumo	4,8	6,0	6,4	12,8	7,9	9,2	8,2	5,7	7,5	-3,9
Construção	12,5	17,9	20,9	9,1	8,1	10,2	5,2	6,2	3,7	9,0
Serviços industriais de utilidade pública	12,4	11,9	14,6	12,1	10,4	14,3	12,8	11,4	12,6	10,5
<b>Serviços</b>	<b>11,2</b>	<b>12,4</b>	<b>15,6</b>	<b>10,6</b>	<b>5,0</b>	<b>11,6</b>	<b>5,0</b>	<b>6,2</b>	<b>7,7</b>	<b>9,2</b>
Comércio	10,5	13,5	14,8	8,9	2,8	10,6	3,4	4,5	5,6	8,5
Transportes (1)	14,8	7,7	19,9	14,6	10,0	13,1	6,0	8,5	9,9	7,5
Aéreo (2)	17,7	27,7	23,1	22,5	14,2	9,4	5,5	10,7	13,0	7,7
Ferrovário	-0,7	3,1	18,9	24,3	6,0	11,5	1,1	2,4	13,2	18,4
Hidroviário	20,0	7,2	26,4	21,4	2,3	2,3	1,9	10,1	11,3	-2,3
Rodoviário	17,5	6,8	18,8	10,7	11,6	15,0	7,3	9,2	8,9	6,6

Comunicações	9,6	12,7	13,6	30,0	28,5	22,5	27,8	20,8	26,9	19,9
Instituições financeiras										
(3)										
Administrações públicas										
Outros serviços										

FONTE: Adaptado de (IBGE 1990a)

Esse crescimento como resultante de longo prazo das políticas da década de 60 traz algumas discussões para a análise da industrialização sobre a maturação dos investimentos que conseguiram este tipo de resultado (apresentado acima), assim, Serra coloca:

*“Um dos principais fatores de deflagração da fase de recuperação, foi o dinamismo da demanda de bens de consumo duráveis, ao contrário do que poderia predizer mediante uma teoria de ciclos baseada no comportamento do investimento” p. 36 (Serra, 1982).*

Entre outros, houve um trabalho no sentido de substituir a importação de bens de capital, insumos básicos para a indústria e produção de petróleo, da seguinte forma:

*“Os principais instrumentos de tal política foram o crédito do IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] sobre a compra de equipamentos, a depreciação acelerada para equipamentos nacionais, as isenções do imposto de importação, o crédito subsidiado e formas mais ou menos explícitas de reserva de mercado para os novos empreendimentos, assim como garantia de política de preços compatível com as prioridades da política industrial” p. 312 (Abreu, 1990).*

Durante o governo militar do ditador Ernesto Geisel existiu uma força diplomática para aumentar os laços com países do Oriente Médio produtores de petróleo, devido a dependência a este produto durante as décadas de 50 e 60. Em outubro de 1973 com a eclosão da Guerra do Yom Kippur, houve um aumento considerável do preço do petróleo, em torno de 400%, o que passou a ser conhecido como o Primeiro Choque do Petróleo. Com isso, as ações diplomáticas do governo buscaram criar laços com econômicos com os produtores de petróleo árabes para manter o fornecimento, que estava atrelado a apoio ao conflito que se iniciava (Santana, 2006).

Com a não possibilidade de parar com o fluxo de importações de petróleo devido a necessidade de dar continuidade ao funcionamento da indústria local, o impacto de uma diminuição brusca de importação de petróleo no mercado interno seria a diminuição do crescimento industrial, optou-se por criar um plano de governo que mantivesse o crescimento industrial, mas não estrangulasse as contas do governo. Sobre este aspecto existe uma divergência teórica sobre causa e efeito do chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento

(II PND), onde a única concordância entre os economistas é o aspecto que o país mais uma vez optava pelo desenvolvimento via endividamento.

Para CASTRO (1985) o II PND foi um plano estratégico de desenvolvimento em médio prazo para substituição definitiva de importações (volume relativo) de petróleo e outras matérias primas. Para os autores o investimento nesse sentido traria uma real substituição pois não seria necessário controlar a balança comercial após as indústrias estarem produzindo em suas capacidades (Castro & Souza, 1985). Para FISHLOW (1986) o II PND não proporcionou uma independência da importação do petróleo, pois diferentemente do proposto pela equipe técnica do governo o plano não foi bem implementado mantendo a necessidade de importação de petróleo e que as medidas foram repostas a pressões inflacionários (Fishlow, 1986).

A contribuição sobre o II PND de CASTRO (1985) contribui para o entendimento desse processo por identificar a forma que o plano não poderia alcançar total eficiência devido a desajustes internos em sua concepção. O autor mostra que para ao contrário do indicado no plano sobre manter o crescimento, no momento que o Governo escolhia o setor petroquímico e metalúrgico para fomentar, o mesmo mostrou que os recursos seriam de realocação do setor de bens de consumo duráveis, ou seja, para que os recursos fossem para o novo setor estratégico, seria desmobilizado os recursos de subsídios nos setores de crescente desenvolvimento. Outra mecanismo interno de resultado não satisfatório seria o que buscava diminuir o déficit da balança comercial, pois a busca por uma fonte de energia substitutiva ao petróleo importado tanto utilizaria mais energia em sua construção, como demandaria fundos de investimento num momento que a economia mundial passava por restrições financeiras, advindas do preço internacional do petróleo (Castro & Souza, 1985).

A chamada industrialização de base, que favorecia o setor metalúrgico e petroquímico foi implementado, através de empréstimos internacionais e incentivos para empresas privadas, e efetivamente pelas empresas estatais. O II PND tratado como um plano a médio prazo não traria resoluções na década de 70, principalmente com o final sendo impactado por mais um choque de petróleo. Porém no início da década de 80 mesmo com a economia mundial com um ritmo baixo de crescimento, o Brasil conseguiu não sofrer como outras economias subdesenvolvidas devido ao impacto deste plano (Castro & Souza 1985), ou nas palavras de Brum:

“A maturação de vários projetos, atingindo a fase de produção, ampliou a infraestrutura e deu mais consistência ao parque industrial brasileiro. De um lado, possibilitou a redução das importações pela produção no país de novos itens antes importado e, por outro lado, favoreceu o aumento e a diversificação das exportações

brasileiras, inclusive altercando-lhes o perfil histórico: o Brasil passou a ser crescente exportador de produtos industrializados”. P. 386 (Brum 2005)

No final da década de 70, início da década de 80, houve uma ruptura de planos econômicos, entretanto os investimentos já iniciados pelo II PND foram levados até o fim. Neste momento o controle da economia começa a mirar na inflação indomável que crescia em taxas sem precedentes através de planos de estabilização. A política utilizada pelo governo foi tentar diminuir a inflação via demanda, o que acabou ocasionando o arrefecimento da economia e a manutenção das altas taxas inflacionárias (Castro & Souza, 1985).

A década de 80 houve mais mudanças na base política que significativas mudanças econômicas, principalmente devido ao esforço de deter a inflação e as crises internacionais. Porém, neste momento, existia uma indústria metalúrgica, e a indústria petrolífera buscava se desenvolver cada vez mais. Entretanto, o endividamento que propiciou a criação dessa indústria buscava seu pagamento. Além disso, havia uma nova forma de interesses políticos e econômicos mundiais que serão discutidos na próxima subseção.

## 7. O INVESTIMENTO EXTERNO BUSCA SEU RETORNO ATRAVÉS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Com a onda de redemocratização dos países da América Latina, o Brasil passa pelo seu processo político interno conjuntamente com a crise internacional advinda do preço internacional do petróleo durante a década de 80. Além do aspecto da crise internacional, as taxas de juros aumentando, chegando em 1985 a 238% do acumulado ao ano, traz grande instabilidade e insegurança à economia. Com a assinatura da nova constituição, Constituição Federal de 1988, várias transformações econômicas acontecem, principalmente no sistema tributário de arrecadação central.

Devido à grande inflação conjunta com o impacto da industrialização por endividamento externo que foi utilizada nos períodos anteriores da década de 1990, somado a moratória do México para os devedores internacionais, a preocupação internacional sobre a capacidade de pagamento da dívida pública foi acompanhada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma nota importante sobre a economia do país é a influência internacional na sua política interna durante a década de 1990. Primeiro deve ser compreendido a base do Consenso de Washington realizado no ano de 1989, que apesar de ser um material de sugestões, acaba por balizar e a elaboração do Plano Brady, do mesmo ano.

O Consenso de Washington listou algumas reformas que os países em desenvolvimento, que inclui o Brasil, deveriam seguir para um crescimento autossustentado (Giambiagi & Villela 2005). Os pressupostos podem ser compreendidos em quatro grupos:

- a) *Estabilidade de preços cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado;*
- b) *A abertura comercial (e a valorização cambial) impõe disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade;*
- c) *As privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando eficiência;*
- d) *A liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia poupança externa em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e financiar o déficit em conta corrente. P. 74 (Belluzzo & Almeida, 2002)*

Além desses pressupostos, é importante compreender a essência do Plano Brady que se baseava na reestruturação da dívida pública, trocando a dívida por bônus de emissão do governo endividado com diminuição dos encargos da dívida. Essa troca estava atrelada a realização de reformas e grandes ajustes fiscais (Giambiagi & Villela, 2005).



Em meio a redemocratização, o primeiro governo eleito vias eleições gerais tem como objetivo buscar controlar a inflação e atrair investimentos para a economia fragilizada e instável brasileira. O controle a superinflação foi o centro de sua atividade como representante do Governo Executivo. Dentro das medidas que afetaram diretamente a indústria nacional está na reforma da política de comércio exterior abolindo os controles administrativos sobre as importações (Belluzzo & Almeida, 2002). Como se percebe nos planos anteriores, a política de controle de importação sempre foi o cerne das políticas de desenvolvimento indústria, e seu principal fomentador.

A política de desestatização, ou privatização, que o Governo Collor iniciou já no segundo mês de seu mandato, altera sensivelmente os sistemas indústrias criados durante a metade do século XX no Brasil. As privatizações de grandes empresas de base, como energia, petróleo e telecomunicação, não aconteceram no início da década de 1990, mas é importante notar sua justificativa para a compreensão da nova política econômica do Governo. O Plano Nacional de Desestatização (Lei 8031/2012) tem a seguinte redação:

*Art. 1º O Programa Nacional de Desestatização – PND tem como objetivos fundamentais:*

*I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;*

*II - contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida;*

*III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;*

*IV - contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infraestrutura e do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito;*

*V - permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;*

*VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa. (BRASIL, 1990)*

É perceptível na lei que o Governo busca assumir uma postura de plena adequação aos interesses que moldam o pagamento da dívida externa, que tem como razão a busca pelo dinamismo econômico de outrora, que existiu devido a outras razões, entre elas o investimento estatal. A facilidade que ocorre a modificação das políticas de acordo com esses interesses mostra que apesar da sua maturação, o industrial local não possuía elementos necessários, como importância econômica relevante perante a dívida, para se estabelecer uma agenda que evitasse o posterior desmanche do parque fabril via concorrência oligopolista das multinacionais ou a desestatização das grandes empresas do governo.

Outro fator necessário de análise é a Abertura Econômica que propiciou alterações nas políticas de importação que levariam várias empresas de capital nacional a fecharem as portas (Giambiagi & Villela, 2005) que somado a desestatização de alguns setores trouxe como único resultado um aprofundamento da dívida externa e evasão de divisas, deixando sérias consequências para o início do século XXI, tanto econômicas como sociais.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso da industrialização brasileira deve-se em grande parte pela existência de um mercado interno capaz de responder aos estímulos de demanda nos momentos de retração das importações principalmente quando não é possível expandir a economia pelo mercado externo devido aos estrangulamentos cambiais ou por fatores que impactam a oferta internacional. As sucessivas ondas de substituição de importação demonstram a fragilidade do modelo brasileiro de industrialização devido sua dependência de tecnologias exportadas, que torna o parque industrial nacional relativamente obsoleto comparado às economias centrais e mais dinâmicas, tornando-se um produtor majoritariamente doméstico.

Analisando o processo de industrialização que o país passou e sua função na divisão internacional do trabalho, fica evidente a característica de uma economia periférica. Ao mesmo tempo que a indústria se desenvolve localmente a dependência da tecnologia dos países desenvolvidos mantém uma agenda de interesses externos que não é ajustada pelo governo brasileiro satisfatoriamente. Após quase um século de investimento na criação de um parque industrial local e diversificado, percebe-se que existe um esgotamento do capitalismo industrial e o início de uma nova onda de interesses do capitalismo mundial que busca seu retorno uma vez que financiou a industrialização e força sua desindustrialização com a justificativa de competitividade e rentabilidade.

Os instrumentos utilizados para controle das contas públicas acabaram por influenciar em grande medida, durante a primeira metade do século XX, a formação da indústria nacional por restringir a importação de bens, sendo um instrumento responsivo à fatores externos que tinham internamente como centro dinâmico da economia a proteção do preço do café. Nos momentos de equilíbrio externo os instrumentos utilizados como controle de importação ou incentivo a investimentos diretos para formação bruta de capital ou investimento via endividamento propiciaram ao país a consolidação das indústrias de base, com a externalidade da dívida pública, sempre postergada ao máximo para outros períodos econômicos. É neste momento, na segunda metade do século XX, que são criados organismos dentro da estrutura estatal com funções de orientar a indústria e com políticas específicas, não sendo somente um resultado de políticas monetárias, fiscais e cambiais, mas com os crescentes choques no preço do petróleo o mercado externo diminuiu a oferta de investimento e aumenta a cobrança dos investimentos passados, assim, forçando macroeconomicamente que o governo possuísse liquidez para saldar seus compromissos via desinvestimento estatal e abertura sem mais o cuidado de manter o capital nacional privado forte.

Não obstante, o tema da industrialização nacional ainda está longe de ser esgotado, e existem várias outras interpretações que podem ser retirada das mesmas informações porém como outras teorias, mas no caso deste trabalho a verificação da industrialização como forma de responder a necessidades do controle das contas do país com o resto do mundo foi alcançado, e a demonstração de interesse antiindustrializantes nacionais no final do período corroboram com a ideia que a economia local responde a demandas do capitalismo internacional.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, M., 1990. A ordem do progresso. *Rio de Janeiro: Campus*, p.385.
- Baer, W., Kerstenetzky, I. & Villela, A. V., 1973. As modificações no papel do estado na economia brasileira. *PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO*, 3(4), pp.883–912. Available at: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/27>.
- Belluzzo, L.G. de M. & Almeida, J.S.G. de., 2002. *Depois da queda : a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real*, Civilização Brasileira.
- BRASIL, 1990. LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990. *Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências*, abril. Available at: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8031.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8031.htm) [Accessed December 4, 2017].
- Brum, A.J., 2005. *O desenvolvimento econômico brasileiro* 24th ed., Petrópolis: Vozes.
- Castro, A.B. & Souza, F.E.P. de S., 1985. *A Economia Brasileira Em Marcha Forçada* 1st ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Evans, Peter, 2004. *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ
- Fishlow, A., 1986. A Economia Política do Ajustamento Brasileiro aos Choques do Petróleo - Uma Nota Sobre o Período 1974-84. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 16(03), pp.507–550.
- Furtado, C., 1972. *Análise do “Modelo” Brasileiro* 1ª. E. C. Brasileira, ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Furtado, C., 2007. *Formação econômica do Brasil* 34th ed., São Paulo: Companhia das Letras.
- Giambiagi, F. & Villela, A.A., 2005. *Economia brasileira contemporânea*, Elsevier, Editora Campus.
- IBGE, 1990a. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*, Rio de Janeiro.
- IBGE, 1990b. *Séries Históricas e Estatísticas*, Rio de Janeiro.
- IPEA/FUNCEX, 1990. *Índices de comércio exterior do Brasil: 1901-2000*,
- IPEA, *Projeto Recuperação de Estatísticas Históricas do Setor Público Brasileiro*,
- Mello, J.M.C. de, 1982. *O capitalismo tardio* 2nd ed., São Paulo: Brasiliense.
- Netto, A.D., 1973. Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico. In Instituto Brasileiro do Café, ed. *Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 41–113.
- Neuhaus, P., 1980. *Economia brasileira : uma visao historica*, Rio de Janeiro: Campus.
- Prado Jr, C., 1970. *História econômica do Brasil* Editora Brasiliense, ed., São Paulo.
- Santana, C.R., 2006. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação

- pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 49(2), pp.157–177.
- Serra, J., 1982. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do após-guerra. *Revista de Economia Política*, 2(2), pp.5–45.
- Silva, F.A.R. da et al., 1976. *Aspectos da participação do governo na economia* Monografia., Rio de Janeiro: IPEA, INPES. Available at: <https://books.google.com/books?id=0j8-AAAAYAAJ&pgis=1>.
- Suzigan, W., 1978. *Industria: politica, instituicoes e desenvolvimentos* Monografia. IPEA; INPES, ed., Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- Suzigan, W., 1975. Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. *PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO*, 5(2), pp.433–474. Available at: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/64>.
- Szmrecsányi, T. & Granziera, R.G., 2004. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea* 1st ed., Campinas: Editora Unicamp.
- Tavares, M. da C., 1977. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre Economia Brasileira* 6th ed. Zahar Editores, ed., Rio de Janeiro.